

DADOS DA CONTRATADA	
Razão Social:	ESCOLA CORAÇÃO DE MARIA EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAM
CNPJ:	80.637.838/0065-94
Endereço:	Rua Jose Julio Cleto da Silva, 330 - São Basilio Magno, União da Vitória PR
CEP:	84600-634
Responsável Legal:	Rosangela de Melo Campanharo
CPF Responsável:	847.798.109-49
Telefone:	(42) 999182372

DADOS DA CONTRATANTE	
Razão Social:	CLINICA ECOMED SAÚDE
CNPJ:	39 705 833 0001/93
Nome Fantasia:	ECOMED SAÚDE
Endereço/CEP:	AVENIDA MANOEL RIBAS 852 - CENTRO
Cidade/UF:	UNIÃO DA VITÓRIA
Telefones:	42 – 9 8834 3000 / 42 – 9 8836 33 42
E-mail:	ECOMEDSAUDE@GMAIL.COM

DADOS BANCÁRIOS		
Banco:	BRASIL	Faturamento Mensal
Agência:	2173	
Conta Corrente:	8331936	
CHAVE PIX	42 9 8834 3000	

DASDEFINIÇÕES

Resolvem firmar o presente **contrato de prestação de serviços**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições que as partes se obrigam a cumprir e respeitar por si e seus sucessores.

DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em Medicina do Trabalho pela **CONTRATADA**, os quais compreenderão, a análise e auditoria de atestados médicos, exames de empregados em casos de retorno à função e a realização dos exames ocupacionais, sempre em conformidade com a legislação vigente. Além disso, a **CONTRATADA** realizará, em caráter de cortesia, 2 (duas) visitas técnicas anuais de Técnico de Segurança do Trabalho, destinadas à orientação e suporte da **CONTRATANTE** quanto às normas de saúde e segurança ocupacional.

Parágrafo Primeiro – A prestação dos serviços pela CONTRATADA está condicionada à prévia e expressa solicitação da CONTRATANTE, o que se dará por meio de pessoa devidamente autorizada pela empresa contratante.

Parágrafo Segundo – O atendimento pela CONTRATADA, para fins de prestação dos serviços ora contratados, será realizado através de agendamento prévio ou por ordem de chegada, a depender dos procedimentos usualmente adotados pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro – Naquilo que for pertinente, os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar as normas profissionais especiais aplicáveis, especialmente no que diz respeito ao exercício da profissão de medicina.

DOPREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 2ª - Pelos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, por usuário atendido, o preço estabelecido para cada procedimento realizado, conforme discriminado na TABELA DE VALORES abaixo, mediante apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Primeiro – Os preços mencionados nesta Cláusula poderão ser reajustados semestralmente, de comum acordo entre as partes, utilizando o IGPM, se houver reajuste do IGPM anual.

Prágrafo Segundo - Havendo atraso no pagamento, será aplicado sobre os valores em atraso multa de 2% (dois por cento), acrescidos de juros moratórios de 1%(um por cento) ao mês.

EXAME CLÍNICO	R\$70,00
ACUIDADE VISUAL	R\$40,00
TRANSMISSÃO ENVIO E SOCIAL	R\$13,00
PCMSO PGR – válido até Agosto 2026	-
LTCAT – vencimento para Agosto 2026	R\$350,00

Parágrafo Terceiro - A cobrança dos valores pela CONTRATADA se dará mediante a emissão de boleto do Banco de titularidade da CONTRATADA, enviando para a contratante realizar o pagamento com no mínimo 15 dias de antecedência.

Parágrafo Quarto - Quaisquer outros serviços não expressamente previstos neste contrato serão objeto de contratação específica e cobrança à parte, conforme valores e condições a serem previamente ajustados entre as partes.

CLÁUSULA 3ª – Para fins de cobrança e pagamento dos serviços contratados, as partes deverão observar os seguintes procedimentos:

a) A CONTRATADA remeterá à respectiva CONTRATANTE, todo dia 25 será enviado relatório para confirmação dos serviços prestados e boleto será para todo dia 10 do mês subsequente.

b) Preencher devidamente a ficha médica no sistema para serem enviados e contabilizados os atendimentos.

Parágrafo Único - O inadimplemento, total ou parcial, por parte da CONTRATANTE, autoriza a CONTRATADA a suspender imediatamente a execução dos serviços, independentemente de aviso prévio, sem que isso configure rescisão contratual ou enseje qualquer penalidade.

DOPRAZO DO CONTRATO

CLÁUSULA 4ª - Respeitadas as condições do presente contrato, este vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses. Para renovação, as partes devem firmar termo aditivo nesse sentido.

DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 5ª – As partes poderão rescindir este instrumento a qualquer tempo, desde que a parte interessada notifique por escrito a outra de sua intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem qualquer indenização ou outros quaisquer ônus apenas quitando os valores em abertos .

Parágrafo Único – O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido, de pleno direito e imediatamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos, além dos demais que estejam expressamente nele previstos:

a) se qualquer das Partes requerer recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência, se deixar de elidir, no prazo legal, pedido de falência contra ela ajuizado, ou se for liquidada por decisão voluntária ou legal;

b) pela inobservância das cláusulas insertas neste Instrumento, mediante comunicação expressa à parte infratora, indicando a cláusula embasadora da infração, para que seja corrigida a referida irregularidade no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da comunicação do descumprimento contratual. Somente após o esgotamento desse prazo, sem que seja corrigida a inobservância da cláusula contratual, terá justificativa a parte para imediata rescisão contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA 6ª – As partes responderão financeira, civil e criminalmente pelos danos e prejuízos, inclusive lucros cessantes, que vierem a causar à terceiros ou aos próprios CONTRATANTES, seus bens e mercadorias, decorrentes da execução dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA 7ª - No caso de qualquer das CONTRATANTES ser obrigada, por ordem judicial ou por qualquer órgão administrativo, a responder por qualquer ato praticado por imperícia, imprudência ou negligência da CONTRATADA, ou ainda por eventual omissão da mesma, ficará resguardado o direito de regresso, condição que expressamente ajustam as partes, somente o que abrange ao seu afetivo.

CLÁUSULA 8ª - As partes não podem ceder ou transferir total ou parcialmente os direitos e obrigações do presente contrato, nem comprometer a título de garantia a terceiros, seus créditos ou obrigações, sem anuência prévia e expressa da outra parte, sob pena de rescisão da contratação.

CLÁUSULA 9ª - Qualquer tolerância das partes em relação às cláusulas e condições do presente instrumento não importará em precedente, novação ou alteração, cujos termos continuarão exigíveis a qualquer tempo.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato somente será alterado, mediante Termo Aditivo, devidamente firmado pelas partes.

Paragrafo Unico - A Contratada efetuará o pagamento da nota emitida contra ela, é de responsabilidade exclusiva da Contratante a retenção dos devidos impostos gerados sobre a respectiva nota.

CLÁUSULA 11ª - O presente contrato está nos moldes do art. 784, III do Código de Processo Civil, servindo de título executivo extrajudicial, exequível de imediato.

CLÁUSULA 12ª - A não exigência imediata, por qualquer das partes, do cumprimento de qualquer obrigação avençada neste contrato constituir-se-á mera liberalidade da parte que assim proceder, não devendo ser entendida ou caracterizada como novação ou precedente invocável pela outra parte, inaplicável também.

CLÁUSULA 13ª – Fica estabelecida multa correspondente a dois salários mínimos a qualquer das partes que infringir as cláusulas do presente contrato, conforme valor vigente à época da ocorrência do fato, assim como perdas e danos, não incidindo tal penalidade sobre atraso de pagamento.

DA CONFIDENCIALIDADE E DA DIVULGAÇÃO

CLÁUSULA 14ª – Para os fins deste contrato, consideram-se "Informações Confidenciais" todas e quaisquer informações, documentos, dados, planilhas, materiais, processos, modelos de negócio, planejamentos, sistemas, plataformas, apresentações, relatórios e congêneres, verbais ou escritos, em meio físico ou eletrônico, de natureza técnica, econômica, financeira, comercial, estratégica, jurídica, contábil ou qualquer outra, divulgadas por uma das partes ("Parte Reveladora") à outra parte ("Parte Receptora") no contexto deste contrato, ou de qualquer outra forma adquiridas pela Parte Receptora em razão deste contrato.

CLÁUSULA 15ª – Todas as informações que forem reveladas à CONTRATADA, ou as quais tiver acesso em razão das atividades a serem desenvolvidas em decorrência do objeto do presente contrato, serão tratadas como confidenciais e não serão reveladas, ou mesmo tornadas disponíveis pela CONTRATADA, direta ou indiretamente a terceiros.

CLÁUSULA 16ª – A CONTRATADA deve se abster de fazer fotocópias ou quaisquer reproduções magnéticas, eletrônicas e/ou digitais, das informações recebidas, exceto em caso de prévia e expressa autorização dada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 17ª – A CONTRATADA utilizará as informações, apenas e tão-somente, no desempenho das obrigações assumidas com a CONTRATANTE, sendo responsável pela manutenção do sigilo e confidencialidade das mesmas, devendo, para tanto, inclusive, adotar todas as medidas possíveis para prevenir a divulgação das informações recebidas.

CLÁUSULA 18ª – A obrigação de confidencialidade ora estabelecida não se aplicará a informações que (i) estejam sob domínio público no momento da celebração deste contrato, ou que venham a se tornar de domínio público após a celebração deste contrato sem que haja uma violação da Parte Receptora das obrigações aqui previstas; (ii) sejam recebidas de boa-fé pela Parte Receptora de um terceiro não obrigado a manter confidencialidade; (iii) a Parte Receptora seja obrigada a divulgar por lei, por ordem de agência ou órgão governamental, ou por determinação administrativa ou judicial, obrigando-se a Parte Receptora, nesse caso, a prontamente notificar a Parte Reveladora, para que esta possa, às suas expensas, tomar eventuais medidas cabíveis, e a divulgar tão somente a porção da Informação Confidencial estritamente necessária para o cumprimento da referida lei, ordem ou determinação em questão.

CLÁUSULA 19ª – Mediante solicitação da CONTRATANTE a qualquer tempo, ou ao término da vigência do presente contrato, a CONTRATADA devolverá à CONTRATANTE de imediato, todo o material confidencial, bem como todos os documentos, registros e dados que estiverem em seu poder, incluindo-se, mas não se limitando, as chaves, senhas, passes, cartões magnéticos, disquetes, arquivos, anteprojetos, projetos, desenhos, manuais, cartas, memorandos, notas, cadernos, relatórios, documentos e papéis impressos, sob pena de caracterizar apropriação indevida de bens patrimoniais da Parte Reveladora.

CLÁUSULA 20ª – A obrigação de confidencialidade permanecerá em pleno vigor e efeito durante toda a vigência deste contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos após o seu término, seja qual for o motivo.

CLÁUSULA 21ª – Apenas mediante prévia e expressa aprovação dos materiais pela Diretoria e pelo setor de Comunicação e Marketing da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá utilizar o nome ou a logomarca da CONTRATANTE para divulgação em qualquer entrevista, material promocional, site, redes sociais ou outros veículos similares.

DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA 22ª – As partes declaram estar cientes e de acordo em pautar seus negócios baseados em princípios de honestidade, integridade, legalidade e ética, garantindo total transparência da operação e respeito às pessoas, organizações, meio ambiente, normas de conduta e confidencialidade aplicáveis a este contrato e seus desdobramentos.

CLÁUSULA 23ª – As partes também registram o compromisso recíproco no que diz respeito ao cumprimento das normas de anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, que estabelece proibições de prática de suborno por seus representantes ou por terceiras pessoas a eles relacionadas, tendo como alvos funcionários da administração pública nacional ou estrangeira, empresas privadas ou indivíduos, independentemente do valor envolvido, não efetuando qualquer tipo de pagamento, dação, doação, presente, entretenimento, transporte, patrocínio, doação beneficente dentre outros que possam ser caracterizados como subornos, propinas ou ainda prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente qualquer vantagem indevida para garantir negócios com as empresas envolvidas neste contrato.

CLÁUSULA 24ª – Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, em caso de ocorrência ou fundada suspeita de ocorrência de qualquer ato ou omissão, praticado por qualquer das partes ou de seus respectivos representantes, que possa configurar uma violação às disposições desta Cláusula ou das Leis Anticorrupção Aplicáveis, as partes se comprometem a notificar prontamente a outra parte sobre tais fatos, indicando as medidas adotadas de forma a corrigir a eventual violação ocorrida.

CLÁUSULA 25ª –. Diante do descumprimento do disposto nesta cláusula, a parte prejudicada poderá pleitear indenização pelos danos causados pela outra parte.

DA RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

CLÁUSULA 26ª – Nenhuma das disposições do presente Contrato constituirá uma relação de sociedade entre as Partes, ou uma Parte como agente da outra para todos os fins. Nenhuma das Partes terá autoridade ou poder para, de qualquer forma ou qualquer fim, agir em nome da outra ou vincular e criar responsabilidades para a outra.

CLÁUSULA 27ª – Nenhuma das condições deste Contrato deve ser entendida, em hipótese alguma, como meio para constituir vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os funcionários da CONTRATADA e vice-versa, bem como para constituir qualquer forma de sociedade, joint venture ou relação de parceria entre as Partes, sendo cada uma das Partes, única, integral e exclusivamente responsável por seus atos e obrigações.

CLÁUSULA 28ª – O objeto deste contrato não implica em nenhum vínculo empregatício entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, razão pela qual cada parte assumirá, isolada e exclusivamente, toda e qualquer responsabilidade pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus respectivos profissionais.

CLÁUSULA 29ª – Na hipótese de vir a CONTRATANTE a ser acionado perante o Poder Judiciário, ou mesmo extrajudicial, reclamando vínculo empregatício em face deste contrato, a CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto a possíveis indenizações, custas judiciais e honorários advocatícios, excluindo a CONTRATANTE, se possível, ainda no transcorrer da fase extrajudicial ou durante a reclamação trabalhista.

DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 30ª – No que se refere à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), as partes pactuam o que segue:

Parágrafo primeiro – Proteção de dados e cumprimento da Lei 13.709/2018. As Partes, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, comprometem-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a relação contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Cada Parte será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

Parágrafo segundo – As Partes declaram que mantêm políticas de governança corporativa relacionadas à

privacidade e proteção de dados pessoais, com medidas protetivas para mitigar riscos de contingenciamento de incidentes e eventual punição para casos de violações às obrigações legais, conforme preceitua o art. 50 da LGPD.

Parágrafo terceiro – Regularidade da coleta. Cada uma das Partes deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça à outra Parte tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD, sendo da Parte Controladora a responsabilidade pela obtenção e controle das autorizações e/ou consentimentos necessários junto aos titulares dos dados.

Parágrafo quarto – Tratamento de dados. De acordo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados, as Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual ou, ainda, com fundamento em outra base legal válida e específica.

Parágrafo quinto – As Partes concordam e assumem que, ao executar atividades de tratamento que não tenham relação direta com o objeto deste contrato e que visem atender a objetivos/finalidades específicas de uma das Partes, a referida parte assumirá o papel de controlador singular e, conseqüentemente, será o responsável pelas atividades de tratamento e possíveis ônus a elas atreladas

Parágrafo sexto – Tratar apenas os dados pessoais mínimos definidos como relevantes e necessários para a execução do objeto deste instrumento.

Parágrafo sétimo – Cada uma das Partes assumirá a responsabilidade por qualquer prejuízo que a outra Parte venha a incorrer em consequência do tratamento, realizado pela Parte infratora e/ou seus sócios/acionistas, representantes legais, colaboradores, prepostos, consultores, contratados, diretores, representantes ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas sob sua responsabilidade, direta ou indireta, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

Parágrafo oitavo – Segurança e boas práticas. Cada uma das Partes também deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

Parágrafo nono – Monitoramento da conformidade. Cada uma das Partes compromete-se a acompanhar e monitorar a conformidade das suas práticas, assim como as dos seus suboperadores e quaisquer terceiros, com as obrigações de proteção dos dados pessoais previstas neste instrumento, e deverá, quando necessário, fornecer à outra Parte as informações pertinentes para fins de comprovação destes controles.

Parágrafo décimo – As Partes reconhecem e acordam que, com relação as atividades de tratamento de dados pessoais presentes neste contrato, atuam em regime de controladoria conjunta, havendo compartilhamento mútuo e decisões conjuntas e comuns.

Parágrafo décimo primeiro – Propriedade dos dados. O presente instrumento não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito deste instrumento.

Parágrafo décimo segundo – Deverá ser restringido o tratamento dos dados pessoais, objeto desta relação contratual, exclusivamente, aos sócios/acionistas, representantes legais, colaboradores, prepostos, consultores, contratados, diretores, representantes ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas sob sua responsabilidade, direta ou indireta, necessários à execução do objeto deste instrumento, assegurando que quaisquer pessoas que não estejam vinculadas não tenham acesso a tais informações.

Parágrafo décimo terceiro – Comunicação. Cada uma das Partes obriga-se a comunicar à outra, no prazo de até 36 (trinta e seis) horas, contados do conhecimento do fato, qualquer descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, assim como qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante à outra Parte, aos dados pessoais e/ou aos seus titulares, mencionando no mínimo o seguinte: i) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados; ii) as informações sobre os titulares envolvidos; iii) a indicação das

medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial; iv) os riscos relacionados ao incidente; v) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e vi) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Parágrafo décimo quarto – Cooperação. As Partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Parágrafo décimo quinto – Devolução/Eliminação dos Dados. Cada Parte se compromete ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso e mediante comprovação da providência, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

Parágrafo décimo sexto – Para fins de aplicação da Lei 13.709/2018 ao presente instrumento, consideram-se:

a) Titular dos Dados: é a pessoa natural (ou física) que terá seus dados coletados pela CONTRATANTE e eventualmente apresentados a tratamento para CONTRATADA nas hipóteses do artigo 7º da mencionada lei.

b) Controlador: a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais

c) Operador: parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do Controlador;

d) Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA 31ª – Além de outras obrigações expressamente previstas neste instrumento, caberá à CONTRATADA:

Parágrafo primeiro – Prestar os serviços contratados dentro das normas e especificações técnicas aplicáveis à espécie, dando plena e total garantia.

Parágrafo segundo – Executar os serviços contratados utilizando as melhores práticas e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade, sendo-lhe vedada transferência dos serviços objeto deste contrato a terceiros, sem prévia e expressa concordância da CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro – A total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados por seus empregados/prepostos, bem como pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer ou causar para a CONTRATANTE e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços prestados neste contrato.

Parágrafo quarto – A responsabilidade única e exclusiva por qualquer espécie de indenização pleiteada por seus empregados/prepostos, principalmente no tocante a reclamações trabalhistas e acidentes do trabalho.

Parágrafo quinto – O cumprimento de todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados, bem como o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o contrato;

Parágrafo sexto – A total responsabilidade pelas despesas decorrentes dos serviços ora contratados, seja por exigência legal ou em decorrência da necessidade dos serviços, nada podendo ser cobrado ou exigido da CONTRATANTE, desde que não haja nenhuma outra expressa previsão contratual em contrário.

Parágrafo sétimo – Manter, durante toda a execução do Contrato, a fim de cumprir com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitações e qualificações exigidas por Lei e respectivas normas técnicas, para garantia e segurança da qualidade do serviço.

Parágrafo oitavo – Respeitar, durante a execução deste Contrato, caso seja necessário sua presença nas dependências da CONTRATANTE, as normas e procedimentos laborais a fim de manter a segurança, harmonia e respeito com os colaboradores desta.

Parágrafo nono – Executar os serviços contratados através da fixação de parâmetros técnicos e a tempo certo obedecendo ao cronograma e prazos estipulados entre as partes.

CLÁUSULA 32ª – Fica eleito o foro da comarca de União da Vitória/PR para dirimir quaisquer dúvidas relacionadas ao presente contrato.

União da Vitória/PR, 09 de Fevereiro de 2026.

ASSOCIAÇÃO DA IMACULADA VIRGEM MARIA

CNPJ Nº 80.637.838/0065-94

Representante:

CONTRATANTE

ECOMED SAÚDE LTDA

CNPJ Nº 39.705.833/0001-93

LEOGLACIR WOLF SCZIMANSKI

CONTRATADA

TERMO DE CONCORDÂNCIA

AUTORIZO O INÍCIO DOS ATENDIMENTOS DOS CLIENTES DA ECOMED CONFORME ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES. DECLARAMOS QUE NOSSAS ATIVIDADES ESTÃO EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS OBRIGATORIOS E LEGAIS PARA O FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS PREVISTOS.

União da Vitória/PR, 09 de Fevereiro de 2026

ASSOCIAÇÃO DA IMACULADA VIRGEM MARIA

CNPJ Nº 80.637.838/0065-94

Representante: Rosangela de Melo Campanharo

CONTRATANTE

ECOMED SAÚDE LTDA

CNPJ Nº 39.705.833/0001-93

LEOGLACIR WOLF SCZIMANSKI

CONTRATADA